

## ENTRE OS PROCESSOS MEDIÁTICOS E AS LUTAS DOS ATORES SETORIAIS



■ Megaprocessos de enorme impacto mediático marcam o ano de 2019 no setor da Justiça. Políticos, banqueiros e clubes desportivos estão no centro de alguns dos casos que mais tinta têm feito correr e que, ao longo deste ano, vão continuar a marcar a agenda.

Já a nível político, com juizes, magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça a discordarem das propostas para a reforma dos respetivos estatutos, o ano, que será marcado por eleições legislativas, promete não ser pacífico.

Da Operação Marquês, passando pelos processos que envolvem o colapso do universo Espírito Santo e o caso roubo de armas em Tancos até ao e-Toupeira, que envolve a SAD do Benfica, ou a invasão da Academia Sporting de Alcochete, muito estará em jogo, neste período em que a procuradora-geral da República, Lucília Gago, cumprirá um primeiro ano de mandato carregado de desafios à frente do Ministério Público.

Até final do ano, sobre o mais mediático dos casos, a Operação Marquês, que envolve um ex-primeiro-ministro, José Sócrates, o seu amigo e empresário Carlos Santos Silva, o

ex-ministro Armando Vara, o banqueiro Ricardo Salgado ou ex-gestores como Zeinal Bava e Henrique Granadeiro, deverá ficar a saber-se se os 28 arguidos irão ou não ser julgados.

Nas mãos do juiz Ivo Rosa, responsável pela fase de instrução, estará a decisão, mas também o fardo pesado de analisar mais de 50 mil páginas e 13,5 milhões de ficheiros informáticos.

No plano da criminalidade económica, o caso que levou à queda do maior banco privado português, o BES, bem como do universo empresarial associado à família Espírito Santo, vai continuar a ser alvo de investigação em 2019. Trata-se de um processo ainda sem fim à vista.

### POLÍTICA DE JUSTIÇA

Num ano em que o setor da Justiça conta com um orçamento reforçado, no total 1469 milhões de euros, mais 85 milhões de euros comparativamente a 2018, a responsável política pela tutela, Francisca Van Dunem, está também sujeita a alguns desafios, nomeadamente a longa greve parcial prometida pela Associação Sindical dos Juizes. Mas também a reforma dos estatutos dos magistrados do Ministério Público e dos funcionários judiciais

ou as greves dos guardas prisionais prometem continuar a desencadear desentendimentos.

Refira-se que os 1469 milhões de euros orçamentados para a Justiça em 2019 são financiados em cerca de 43% por receitas gerais, sendo 56% suportados por receitas do próprio sistema e 1% por verbas provenientes de fundos comunitários.

Uma importante fatia do orçamento do Ministério da Justiça estará afeta ao funcionamento do próprio (91,8 milhões de euros). Outros montantes de peso serão distribuídos pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça (69,4 milhões de euros), Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais (17,6 milhões de euros), Direção-geral da Administração da Justiça (mais de 10 milhões de euros) e Instituto de Registos e Notariado (7,2 milhões de euros).

Para a ministra Francisca Van Dunem, apesar do reforço orçamental que conseguiu, as dores de cabeça prometem continuar, tal como sucedeu em 2018, também à custa da contestação que juizes e magistrados do Ministério Público vão continuar a fazer às propostas de reforma dos respetivos estatutos. ■